

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número 523 / XIII (4 .ª)

Expeça - se

Publique - se

2018-11-02

O Secretário da Mesa

Diogo Leão
(Assinatura
Qualificada)

Digitally signed by
Diogo Leão
(Assinatura
Qualificada)
Date: 2018.11.02
16:10:54 +00:00
Reason:
Location:

Assunto: Continuam os critérios políticos de favorecimento da Fertagus nas greves da IP

Destinatário: Min. do Planeamento e das Infraestruturas

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Realizou-se no passado dia 31 de outubro mais uma greve da Infraestruturas de Portugal. A extraordinária adesão registada implicou naturais dificuldades à circulação ferroviária, nomeadamente da CP e da Fertagus. Mas (mais uma vez) alguém, ou na Administração da IP ou na tutela desta, decidiu que os poucos recursos existentes na IP deveriam ser disponibilizados prioritariamente à empresa privada e não à CP. Considerando o mapa de circulações realizadas ou suprimidas, por exemplo na Estação de Entrecampos, constata-se que apenas sete comboios da Fertagus foram suprimidos (cerca de 5% do total), enquanto da CP foram 133 (cerca de 62%). Mesmo na Linha do Sado, a CP teve 22 comboios suprimidos (31%). Não há quaisquer critérios técnicos ou comerciais que expliquem esta discriminação. Restam os costumeiros critérios políticos e mediáticos, pois apesar da greve ser na infraestrutura e não na circulação, a perceção para os utentes dá-se através da circulação, e é evidente que alguém aproveita as greves da IP para alimentar a ideia de que os operadores privados são mais fiáveis que o operador público. O Governo não pode ter (ou pactuar com) este tipo de gestão, que se repete – há longos anos, diga-se – em situações de greve na IP.

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, pergunto o seguinte:

1. O Governo deu orientações à IP Infraestruturas de Portugal no sentido de dar prioridade à garantia da circulação ferroviária da empresa privada Fertagus, discriminando a empresa pública CP? Se deu, quais os motivos para essa decisão?
2. Se não foi o Governo, então quem deu essa orientação e que consequências advirão dessa reiterada prática discriminatória?

Palácio de São Bento, 2 de novembro de 2018

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)